

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 248/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4196/2023

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES - alimentos prontos (preparados por terceiros) tipo quentinha para atender ao Ponto de Apoio para População em situação de Rua em cumprimento às disposições da Portaria nº 369/2020 com alterações da Portaria MDS nº 884 de 10 de maio de 2023 para execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), pelo período de 01 (um) ano.

ANEXO V (MODELO)
DECLARAÇÃO ME/EPP
(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da
sociedade empresarial], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº
_____, por intermédio de seu(sua)
representante legal o(a) Sr(a).

_____, portador(a) da carteira de identidade nº
_____ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas –
CPF sob o nº _____, DECLARA, para fins do disposto no item
do Edital de _____ nº ____/____ e sob as penas da lei, atender os
requisitos para enquadramento como microempresa/empresa de pequeno porte e não incorrer em
qualquer dos impedimentos para se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado correspondente
conferido pela legislação em vigor, nos termos do artigo 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/06.

DECLARA ainda que em atendimento ao disposto no Art. 4º, §2º, da Lei Federal nº 14.133/21, que
no ano-calendário de realização da licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública
cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento
como empresa de pequeno porte de até R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

Nova Friburgo, _____ de _____ de _____.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

CONTADOR
(Nome, CPF e CRC)

A presente Declaração deverá ser acompanhada de certidão expedida pela Junta Comercial da sede ou do domicílio da microempresa ou empresa de pequeno porte licitante para comprovação do respectivo enquadramento como tal, conforme Instrução Normativa nº 103/2007 do DNRC, publicada no DOU de 22/05/2007.